



Diálogos

ISSN

2177-2940



Exiliografias: modos de escrever a história dos exílios na América Latina (2007-2013)

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i3.47050>

Marcos Gonçalves

 <https://orcid.org/0000-0002-9101-9780>

Universidade Federal do Paraná, Brasil. E-mail: paideia_mg@yahoo.com.br

Exiliografias: modos de escrever a história dos exílios na América Latina (2007-2013)

Resumo: Este artigo empreende uma avaliação da historiografia produzida sobre os exílios políticos no contexto social das ditaduras latino-americanas do cone sul. Apresenta como referência três obras publicadas entre os anos de 2007 a 2013. Seu objetivo é destacar os modos de inserção e visibilidade mais frequentes que o tema exilar alcançou na pauta dos historiadores, a partir da percepção e (re)descoberta sobre a magnitude do fenômeno. Neste sentido, desenvolve um debate em torno dos seguintes eixos propositivos: como os trabalhos apontados ajudaram a consolidar o objeto “exílio” nos termos de uma grade sistemática de interpretação; e de que modos se formalizou uma rede interdisciplinar e transnacional de estudiosos cuja experiência com os problemas de pesquisa mostrou-se fundamental para renovar os sentidos teóricos, historiográficos e metodológicos relacionados ao tema. Conclui que tais intervenções acabaram por conferir um estatuto de legitimidade heurística às investigações sobre os exílios.

Palavras-chave: Exílios latino-americanos; Historiografia do exílio; Exiliografias.

Writings of Exile: Ways of writing the history of Latin-American Exiles (2007– 2013)

Abstract: This article assesses the historiography on political exiles in the social context of southern Latin American dictatorships. It is referenced on three works published between 2007 and 2013, and aims to highlight the most used ways with which historians inserted and gave visibility to the subject of exile in their agenda from the perception and (re)discovery of the magnitude of the events. Respecting that, it carries out a debate around the following proposing guidelines: how the referenced works helped to consolidate the “exile” object concerning a systematic pattern of interpretation; and which ways were used to formalize an interdisciplinary and transnational network of scholars whose experience with the problematic of research showed to be fundamental to renew theme-related theoretical, historiographical and methodological meanings. The article concludes that such interventions ended to give a status of heuristic legitimacy to the investigations about the exiles.

Key words: Latin-American Exiles; Exile Historiography; Writings of Exile.

Exiliografías: modos de escribir la historia de los exilios en América Latina (2007-2013)

Resumen: Este artículo emprende una evaluación de la historiografía producida sobre los exilios políticos en el contexto social de las dictaduras latinoamericanas del cono sur. Presenta como referencia tres obras publicadas entre los años 2007 a 2013. Su objetivo es destacar los modos de inserción y visibilidad más frecuentes que el tema exiliar alcanzó en la pauta de los historiadores, a partir de la percepción y (re) descubrimiento sobre la magnitud del fenómeno. En este sentido, desarrolla un debate en torno a los siguientes ejes propuestos: cómo los trabajos apuntados ayudaron a consolidar el objeto “exilio” en términos de una cuadrícula sistemática de interpretación; y de qué modos se formalizó una red interdisciplinaria y transnacional de estudiosos cuya experiencia con los problemas de investigación se mostró fundamental para renovar los sentidos teóricos, historiográficos y metodológicos relacionados al tema. Concluye que dichas intervenciones acabaron por conferir un estatuto de legitimidad heurística a las investigaciones sobre los exilios.

Palabras clave: Exilios latinoamericanos; Historiografía del exilio; Exiliografías.

Recebido em: 18/03/2019

Aprovado em: 31/05/2019

Introdução

No hay desexilio posible,
no hay acto que anule y conjure el exilio.
E. Gómez Mango

Emprego neste artigo o termo “exiliografias” para explicitar caminhos de investigação construídos pela historiografia latino-americana nos quais o tema do exílio situa-se no centro da compreensão. Ele constitui, no presente, uma das abrangentes narrativas sobre a violência política impulsionada a partir dos golpes civil-militares das décadas de 1960 a 1980 que afetaram a região.

No entanto, a expressão “exílios na América Latina” evidenciada no título desta reflexão pode revelar-se como fórmula ampla e pretensiosa em demasia, tendo em vista que meu objetivo, do ponto de vista histórico-espacial, é mais restrito. Trata-se de circunscrever marcos historiográficos bem nítidos e temporalmente delimitados para entender, especificamente, como uma rede de pesquisadores passou a produzir sentidos mais recorrentes sobre o fenômeno do exílio no contexto das ditaduras civil-militares impostas às sociedades do cone sul latino-americano.

A hipótese é de que tais inquietações foram suscitadas mais enfaticamente desde uma percepção, ao mesmo tempo política e histórica, sobre a magnitude que os desterrados representaram na época das ditaduras mais recentes. Sobretudo, as análises aqui invocadas como pontos de observação sobre o exílio, estabeleceram correspondência com o imperativo de atribuir relevância a um objeto histórico considerado, talvez, periférico ou tardio na sua relação com relatos mais imediatos e traumáticos que ocuparam – e ocupam – a pauta dos historiadores, tais como: a militarização das sociedades, a justiça de transição e as impunidades, a dualidade repressão/resistência, a atuação dos partidos de esquerda, as políticas econômicas que pauperizaram a região, as fragilidades da democracia no período pós-ditatorial e o vínculo dessas fragilidades com a herança autoritária que se perpetua nos imaginários sociais.¹ A constatação prévia é de que, invariavelmente, a maioria dessas temáticas não pode ser analisada isoladamente ou prescindir de argumentos que as relacione, em graus distintos, ao exílio massivo que acompanhou a própria instauração das situações autoritárias.

¹ Entendo os imaginários sociais de acordo com a percepção de Ansart (1977, p. 21-22), isto é, como representações que tomam parte de “uma prática social não redutível aos elementos físicos e materiais investidos de uma integridade racional. A prática social se realiza numa rede de sentidos, onde são fixados pela sociedade, simbolicamente, normas e valores”. Para o caso brasileiro, compartilho a inquietante argumentação de Ginzburg (2012, p. 221): “Embora tenhamos formalmente deixado os regimes ditatoriais, uma série de condutas, correntes ideológicas, padrões comportamentais e valores morais consolidados dentro desses regimes se desdobraram e difundiram, atingindo a sociedade brasileira até o momento presente. Ocorreram mudanças, mas estas não são suficientes para eliminar as fantasmagorias e seus resíduos, que constantemente reaparecem”.

A proposição temporal adotada implica menos em considerar o exílio como um dado historiográfico recente, e mais, a partir dos trabalhos compulsados, integrá-lo solidária e simetricamente aos outros temas elencados, constituindo uma agenda de pesquisas cujas variáveis são potencialmente múltiplas. Empenho-me em demarcar três conjuntos de trabalhos publicados entre os anos de 2007 e 2013, que, a meu ver, apresentam ao menos duas especificidades que pretendem ser objeto de demonstração neste artigo: 1) ajudaram a consolidar o objeto “exílio” nos termos de uma grade sistemática de interpretação e; 2) sugerem a constituição de uma rede interdisciplinar e transnacional de estudiosos cuja experiência com os problemas de pesquisa mostrou-se fundamental para renovar, e conferir foro de legitimidade heurística às investigações sobre os exílios. Os trabalhos a que me refiro são os seguintes: *Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar*, publicado em 2007 e organizado por Pablo Yankelevich e Silvina Jensen; *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*, sob a responsabilidade de Samantha Viz Quadrat, publicado em 2011; e *La política del destierro y el exilio en América Latina*, de autoria de Mario Sznajder e Luis Roniger, cuja versão em espanhol foi publicada em 2013.² A opção em destacar essas três obras não significa, evidentemente, admitir que o estudo sobre os exílios na América Latina esteja reduzido a elas. Ao contrário, a evolução da literatura sobre o tema sinaliza que tais experiências são continuamente reconstituídas porque existem na memória dos coletivos que passaram por episódios trágicos ou violentos. A mesma literatura reconheceu que são muitos os níveis em que a ruptura do exílio modificou a vida dos envolvidos, desde as relações financeiras, o trabalho, as relações familiares, as possibilidades de estudo, as visões políticas. Assim, de um campo de estudos em construção, o exílio passou a ser visto como um campo de estudos em expansão.³

A argumentação seguinte sugere como interpolação reflexões de Edward Said sobre o exílio, e propõe um horizonte introdutório acerca das motivações coletivas e das subjetividades presentes no fenômeno do exílio, expressadas particularmente nas linguagens literárias e/ou na tipologia de relato testemunhal, lugares de onde se pode depreender tanto a atualidade, quanto os deslocamentos

² Este último, originalmente publicado em inglês pela Cambridge University Press em 2009 sob título: *The Politics of Exile in Latin America*. Neste artigo, considero para análise a versão em idioma espanhol, o que justifica, igualmente, a escolha da periodização.

³ Um campo de estudos em expansão, em referência a recente coletânea publicada por credenciados investigadores acadêmicos que fizeram do tema uma fonte exitosa sobre o conhecimento desse “passado próximo” latino-americano. Ver: LASTRA, Soledad. (Comp.). *Exilios: un campo de estudios en expansión*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. A ênfase sobre o avanço dessa literatura, longe de esgotá-la, também pode ser verificada a partir dos seguintes trabalhos e que podem ser integrados a uma ideia-chave que defendo neste artigo: a ideia de “rede”. Ver: HEINE (1996), SCHWARZSTEIN (2001), LESGART (2004), REBOLLEDO (2006), ROLLEMBERG (2007) JENSEN e LASTRA (2014), CHOTIL (2016).

que foram exigidos da análise histórica para que cenários mais adequados aos estudos dos exílios fossem instaurados.

O exílio como metáfora e destino

O exílio é intercambiável ao vocabulário polissêmico que denota lógicas de exclusão institucional dos espaços públicos, e cuja resultante apresenta relação direta com os contextos de violência política na história latino-americana desde, pelo menos, o século XIX. Termos como proscrição, refúgio, diáspora, ostracismo, expatriação, desterro, parecem verbalizar essa porosidade do conceito, mas também fazem referência a um sentimento que não evoca necessariamente situações físicas ou espaciais de mobilidade forçada. Os deslocamentos podem, assim, acontecer em níveis simbólicos e fundar relações figurativas a partir de quem os descrevem. Ao tratar das relações que escritores argentinos teceram *com o* e *no* exílio no contexto da ditadura argentina (1976-1983), Adriana Bocchino designa como “situação de exílio” a condição que não requer o deslocamento geográfico, mas impõe ao indivíduo uma errância nômade; um estranhamento em relação à sua própria terra. Bocchino assinala que a situação de exílio é um dado construído pelas escrituras do exílio. Porém, em sua dimensão política, e na perspectiva apontada pela autora, igualmente deduzo que o exílio pode mesmo adquirir a forma da relegação, isto é, uma espécie de exílio interior que desfigura a viagem física e apela para um imediato substitutivo: a viagem metafísica. Essa dupla condição não importa em ausência de comunicação, mas no problema da representação, da produção de sentido ou na impossibilidade de compreensão (Bocchino, 2014, p. 16). Portanto, conclui parcialmente a autora, a dificuldade de enunciar o problema das “escrituras do exílio” está no tipo de relação que estabelece esta produção com um desencadeante social e político. Bocchino pensará a situação de exílio convertida em categoria crítica que “deslinda poéticas mais em suas marcas retóricas, do que na ocorrência geográfica de quem narra a situação” (2014, p. 17-24). Tal proposição remete a um problema mais amplo e objetivo associado ao exílio: como simbolizar o fenômeno desde o ponto de vista que o consagrou como um deslocamento físico, forçado, determinado por razões de natureza política e de confrontação ética, seja em seus aspectos individual, intelectual e subjetivo, ou como algo que atinge a história contemporânea de vastas comunidades nacionais?

Em ensaios que abordam a questão do exílio, Edward Said nos desafia a pensar tal condição sob dois ângulos específicos: a produção da literatura do exílio como a forma pela qual o intelectual mais bem se expressa, a saber: um testemunho através de onde o intelectual evidencia uma das condições de sua existência primordial, sobretudo, em referência às estéticas que produz. E,

posicionar o exílio para além de uma cartografia literária, desde que concretizado em trauma coletivo, e transformado em “castigo cruel de comunidades e povos inteiros, geralmente como resultado inadvertido de forças impessoais como a guerra, a fome e a doença” (Said, 2005, p. 55). No primeiro caso, o testemunho pode espelhar a separação da escrita de uma abordagem literária canônica, ou, como assinalou Ginzburg, a literatura testemunhal, como uma das linguagens centrais do exílio, não se filia diretamente aos ideários nacionalistas, amparados em uma concepção localizada, fixa e unitária (Ginzburg, 2012, p. 53). Neste sentido, Said irá refletir sobre dois destinos emblemáticos e intimamente conectados pelos mesmos dilemas: o refúgio de intelectuais judeu-alemães nos Estados Unidos durante o nazismo, e as condições de produção de *Mimesis*, obra prima de Erich Auerbach concebida em seu exílio turco durante a segunda guerra mundial.

Teóricos sociais e filósofos como Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Max Horkheimer e Hannah Arendt teriam sido decisivos, segundo Said, para conformar padrões reflexivos inovadores da moderna cultura ocidental, pois ela é, em larga medida, uma obra de exilados, emigrantes e refugiados: “Nos Estados Unidos, o pensamento acadêmico, intelectual e estético é o que é hoje graças aos refugiados do fascismo, do comunismo e de outros regimes dados a oprimir e expulsar os dissidentes” (Said, 2003, p. 46). Os Estados Unidos se colocariam, em certa medida, no papel de metrópole salvadora e porto receptivo do pensamento intelectual e tecnológico dominante na Europa ocidental no período pré-segunda guerra. Esta visão sobre o exílio dos intelectuais judeu-alemães é igualmente compartilhada pelo historiador Enzo Traverso, ao atribuir influência relativa da atmosfera acadêmica norte-americana sobre os frankfurtianos na preservação do marxismo como pensamento crítico contra a petrificação escolástica e dogmática do marxismo-leninismo, assim como, contra as interpretações evolucionistas que o reduziam a uma simples variante da ideologia do Progresso: “os exilados renovaram o marxismo para fazer dele uma teoria crítica da sociedade e dos aparatos de dominação política” (Traverso, 2016, p. 260).⁴ No entanto, um intelectual como Adorno, refratário praticamente a todos os aparatos da modernidade instrumental e do utilitarismo enraizados na cultura norte-americana, e ainda que vivendo alguns anos nos Estados Unidos, não abdicaria de uma crítica visceral ao *ethos* consumista dessa sociedade:

Por isso, e também por ter sido formado numa tradição marxista-hegeliana, tudo o que fosse relacionado com a influência mundial norte-americana nos filmes, na indústria, nos hábitos cotidianos, na aprendizagem baseada em fatos e no pragmatismo deixava-o enfurecido. Naturalmente, sentia-se predisposto a tornar-se um exilado metafísico antes de ir para os Estados Unidos, pois já se revelava extremamente crítico ao que era considerado o gosto burguês na Europa (Said, 2005, p. 62-63).

⁴ Tradução livre do original: “los exiliados renovaron el marxismo para hacer de él una teoría crítica de la sociedad y de los aparatos de dominación política”.

Tão complexas quanto os registros descritos anteriormente, são as contradições e revelações de Erich Auerbach no exílio. Admirador e leitor atento de Auerbach, Edward Said, em alguns de seus textos, atenta para as condições peculiares nas quais o filólogo concebeu seu *opus magnum*: *Mimesis*, imenso tratado teórico, crítico e histórico sobre a literatura ocidental. Uma das análises exemplares de Said sobre as vicissitudes de Auerbach exilado encontra-se no texto *El mundo, el texto y el crítico* (2004). No ano de 1935, em virtude das leis raciais do nazismo, “Auerbach foi obrigado a abandonar a cátedra de filologia românica que exercia em Marburg, seguindo para Istambul, cidade onde escreveu *Mimesis*” (Said, 2007, p. 122). Os dilemas culturais e identitários que o exílio turco impôs a Auerbach são considerados por Said a influência decisiva para que *Mimesis* fosse erigida como cânone da crítica literária, e, mais do que isso, operasse como filtro no qual a experiência exilar se concretiza em termos de hiato e ausência, mas também, ênfase, em hermenêutica da distância. Como se realiza essa hermenêutica?

Said destacará que em Istambul, um estudioso europeu formado na velha tradição erudita das línguas românicas estava irremediavelmente fora do alcance de fundamentos literários, culturais e políticos dessa tradição, mormente porque o filólogo carecia de fontes e arquivos que propiciassem elaborar uma representação mais completa da literatura ocidental.⁵ Auerbach executava um ato de “sobrevivência cultural”, e a possibilidade de não escrever o colocava diante dos perigos concretos do exílio: “a perda dos textos, as tradições e regularidades que constituem os laços de uma cultura” (Said, 2004, p. 17).

Por sua vez, o ambiente istambulita pressionou Auerbach a um movimento reflexivo de ressignificação cultural porque a cidade encarnava, na visão de Said, a “grande apostasia oriental”. Neste sentido:

Istambul não significava simplesmente um lugar fora da Europa. Istambul representava o terrível Turco, assim como o islã, o flagelo da cristandade. [...] Porém, Auerbach assinala de forma explícita que foi precisamente a distância de casa – em todos os sentidos da palavra – o que lhe permitiu assumir esse soberbo desafio que é *Mimesis*. Ser um exilado em Istambul durante aquela época de fascismo na Europa era uma intensa forma de exílio da Europa repleta de profundos ecos (Said, 2004, p. 18).

Finalmente, Said especula como improvável a escritura de *Mimesis* na Alemanha, porque a cultura matriz, com seus agentes autorizados, mediadores e sancionadores poderia impedir um

⁵ No epílogo de *Mimesis*, Auerbach (1996, p. 525), revela: “Aqui não existe nenhuma biblioteca bem provida de livros para estudos europeus, e as relações internacionais estavam interrompidas, de modo que tive de renunciar a quase todas as revistas, a maior parte de investigações recentes, e inclusive, às vezes, de uma boa edição crítica dos textos. [...] Ademais, é bem possível também que o livro deva sua existência à falta de uma grande biblioteca sobre a especialidade; se houvesse tratado de me informar acerca de tudo que foi produzido sobre temas tão múltiplos talvez não chegasse jamais a pôr mãos à obra”. Tradução minha. Também citado por Said (2004, p. 17).

trabalho de tal envergadura para um só homem. E daí se reconhece o “valor executivo do exílio que Auerbach conseguiu converter em utilidade efetiva, porque estava pautado por uma agonizante distância dessas raízes intelectuais” (Said, 2004, p. 19-20). A este tipo de trânsito simbólico da memória, ou circulação de memória, Said designou como “estado intermediário”: uma situação na qual o exilado não está nem de todo integrado ao novo lugar, nem totalmente liberto do antigo. A síntese do exílio intelectual, e, em particular, a síntese operada por Auerbach, proporia que o expatriado jamais vê as coisas somente em termos do que deixou para trás (casa, familiares, amigos, livros), mas através de uma dupla perspectiva em que, “cada cena ou situação no novo país aproxima-se necessariamente de sua contrapartida no país de origem” (Said, 2005, p. 67).⁶

Na outra perspectiva é sugerido o problema do exílio como drama coletivo e de alcance global, ou como síndrome política recorrente na história das sociedades contemporâneas. Nessa amplitude, e como observou Luis Roniger, o exílio é identificado ao propósito de revogação de pleno uso dos direitos de cidadania, e de prevenir a participação política do exilado na arena política nacional. Haveria uma íntima relação, portanto, entre a “ruptura das obrigações políticas dos governos para com seus cidadãos, gerando em paralelo um corte nas obrigações cívicas daqueles que são expulsos ou forçados por seus governos a escapar ao estrangeiro” (Roniger, 2010, 144-145).

Embora esta percepção de Roniger implique na dissociação entre os princípios da nacionalidade e da cidadania, o dado político por si só, entendido como a incapacidade de se fazerem ouvir as vozes dissonantes dentro de um sistema político, não é suficiente para explicar a intensidade das diásporas contemporâneas. Edward Said integra outro elemento perturbador que está em regime de reciprocidade com os problemas vinculados à privação da cidadania e dos direitos políticos, e para além dos exílios tomados individualmente sem, contudo, os invalidar. Assim, os grandes deslocamentos demográficos forçados adquirem um significado universal que denuncia as condições de marginalidade nas quais vivem as populações de nossa época. Said refere-se aos “grandes rebanhos” de gente inocente e desnorreada que precisa de ajuda internacional urgente, e recorda que a diferença entre os exilados de outrora e os de nosso tempo é de escala: “nossa época, observa o autor, com a guerra moderna, o imperialismo e as ambições teleológicas dos governos totalitários, é, com efeito, a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa” (Said, 2003, p. 47-54). Pretendo destacar outro fator a ser considerado nas experiências exilares e que pode concorrer para a redefinição identitária do exilado: a esfera da subjetividade.

⁶ Seria importante acrescentar, como refere o autor, que “Para o exilado, os hábitos de vida, expressão ou atividade no novo ambiente ocorrem inevitavelmente contra o pano de fundo da memória dessas coisas em outro ambiente. Assim, ambos os ambientes são vívidos, reais, ocorrem juntos no estrangeiro” (Said, 2003, p. 59).

Mesmo entendido como drama coletivo contemporâneo, o exílio é marcado como um ato de violência lançada contra o sujeito. Os testemunhos pessoais invocam ou tendem a reforçar os traumas vividos quanto aos graus desiguais de violência sofrida, as perseguições, o estranhamento causado pelas assimetrias culturais nos países de acolhimento. Esse turbilhão afetivo e a recomposição de sentimentos ofereceram margens para o surgimento de discursos sobre as atitudes de recuo ou vacilação, de triunfalismo ou resignação, tendo em vista que a (des)ordem imposta pelo exílio, e posteriormente pelo (des)exílio acabou por promover visões modificadas de mundo.⁷

Tendo em conta o risco de uma considerável descontinuidade entre espaços de representação e culturas, como conciliar essa situação abrangente, global, à questão mais específica da história dos exílios no contexto das ditaduras latino-americanas? O que a diáspora latino-americana teria a nos ensinar sobre os mecanismos de exclusão que regem as atitudes dos estados de exceção? E, especialmente, como a historiografia sobre esse objeto específico passou a produzir sentidos mais frequentes, em termos de: proposições conceituais, métodos, periodizações, e sobre a relevância da formação de redes de pesquisa que alcançassem uma interpretação da complexidade dos exílios?

Exiliografias: por uma historiografia dos exílios latino-americanos

Como afirmei anteriormente, o exílio não é um dado recente na história latino-americana. No entanto, a característica marcante e mais original sobre as experiências exilares começa a aparecer na modalidade de testemunho dos próprios implicados. Na América Latina, os períodos de conflitos e, não raras vezes, de guerra civil que se seguiram aos processos de independência oportunizam exemplos de proscições políticas das elites civis e militares cuja primeira expressividade é a narrativa de expatriação. Figuras políticas destacadas como Sarmiento e Alberdi, San Martín, Benjamín Vicuña Mackenna, para situar alguns dos mais conhecidos, acabaram produzindo modelos e projetos de governabilidade e nação (ou comunidades imaginadas) que, talvez, somente a escrita do exílio e o status de proscritos políticos tenham permitido.

Se o exílio latino-americano do século XIX encontra-se fundamentalmente ligado às elites; é recente, por sua vez, a preocupação da historiografia em monitorar o exílio massivo que corresponde ao ingresso das populações da região na moderna política de massas do século XX. Ou seja, o fenômeno da diáspora política em grande escala está associado a um paradoxo: a maior participação política e o grau de complexidade atingido por algumas sociedades latino-americanas

⁷ Ver, neste sentido, a iniciativa pioneira de Cavalvanti e Ramos (1978) em recolher depoimentos, manifestos e poesias de exiladas e exilados brasileiros espalhados por vários países. O trabalho citado propicia uma das primeiras aproximações com os testemunhos sobre os desterrados, e desenvolve uma metodologia exemplar para compreendermos comportamentos, atitudes e subjetividades sendo transformados pelo exílio.

acarretaram um custo político e humano significativo, na medida em que processos autoritários que romperam com situações mais ampliadas de inclusão política, implicaram, de forma real, numa exclusão política igualmente mais ampliada. O exílio, enquanto forma de exclusão e ausência materializou-se na cultura política prevalecendo sobre políticas participativas e plurais (Sznajder e Roniger, 2013, p. 101).

O ponto de partida de uma história mais contemporânea ou imediata dos exílios foi dado, primeiramente, pelos testemunhos daqueles que viveram a experiência da proscrição política, e no presente caso, seu núcleo irradiador é a instauração das ditaduras civil-militares.⁸ Contudo, as análises históricas sobre o exílio latino-americano podem ser mapeadas mais visivelmente a partir dos anos 1990 e do começo do século XXI, contexto em que o número de publicações e de congressos regionais e internacionais sobre o tema começa a crescer. Além das obras já referenciadas e no âmbito de uma visão parcimoniosa, é importante recordar o labor pioneiro de investigadores como Denise Rollemberg (1998), Silvina Jensen (1998) e Pablo Yankelevich (2001 e 2002), e, mais recentemente, atendendo a um impulso determinado pela própria importância da temática, as pesquisas aprofundadas de Marina Franco (2010), e o recolhimento de relatos testemunhais organizado por Delia Ana Fanego (2008); o primeiro investigando o exílio argentino na França e o segundo na Itália. É importante ainda lembrar a inquietante memória gráfica do exílio chileno compilada por Estela Aguirre e Sonia Chamorro (2008). Não obstante, provoca certo estranhamento que obras de significativa importância analítica e empírica, dedicadas à interpretação exaustiva de trajetórias intelectuais latino-americanas desde a época colonial até a contemporaneidade, deixem quase no silêncio a história dos exílios.⁹

Ao contarem a história dos exílios, os historiadores contam histórias de si mesmos como profissionais da pesquisa. Com esse pressuposto quero definir uma condição de escrituras em rede e constituição de um campo, sem os quais não seria possível a sistematização, e mais importante, a aparição pública de um objeto, que, antes fragmentado, ou a cargo de investigações isoladas, passa a sugerir múltiplas variáveis de análise. Foi no domínio da busca e levantamento de fontes, na reivindicação por um debate transdisciplinar, e na constituição de criativos quadros metodológicos e conceituais que os três trabalhos elencados por mim neste artigo produziram inovações. É necessário, no entanto, chamar a atenção para o contexto no qual os exílios angariam essa amplitude, porque a labuta dos historiadores é inseparável de uma politização do tema, encabeçada,

⁸ Para o termo “instauração das ditaduras civil-militares” considero o período de março de 1964, com o golpe no Brasil, até março de 1976 na Argentina, com o *Proceso de Reorganización Nacional*, tal como designado pelos militares golpistas.

⁹ Refiro-me aos dois volumes sobre a história dos intelectuais latino-americanos organizados por Carlos Altamirano e Jorge Myers (2008 e 2010). Em duas obras que atingem mais de 1300 páginas, verifiquei a existência de apenas dois artigos mais específicos sobre o exílio de intelectuais.

em gradações distintas, pelos governos mais populares que chegaram ao poder na região logo nos primeiros anos do século XXI. Refiro-me, especialmente, às políticas de memória desenvolvidas em alguns países, que, diante da necessidade de prestar contas do passado a muitos de seus cidadãos promoveram debates, mesmo que em contextos desiguais, em torno da condição de exílio, da justiça de transição, e do imperativo de sempre recordar simbolicamente passados traumáticos e conflitivos para que novos genocídios sejam evitados. Dentre os países do cone sul, a Argentina, possivelmente, foi quem mais avançou nessa confrontação com o passado. Durante a era Kirchner, o país tentou assegurar que as políticas de memória, com seus deslocamentos para a pedagogia, para a museologia, para a estética, para a arquivística, e, claro, para a história, fossem pensadas como políticas de Estado em cujo centro estava a noção de direitos humanos.

Assim, não vejo como dissociar a historiografia dos exílios de uma “batalha pela memória histórica” que encampa vários níveis de intervenção social. Como observaram recentemente Federico Lorenz e Peter Winn para o caso argentino:

Em um olhar histórico sobre as lutas pela memória da ditadura militar, em particular aquelas que se desenvolvem em cada aniversário, a comemoração do golpe no ano do Bicentenário coloca uma série de novidades que são, em alguma medida, a culminação de um processo iniciado no ano de 2003, com a chegada do kirchnerismo ao poder: a mais importante delas é, a julgar por suas consequências, a reinstalação do Estado no espaço público da memória em relação aos anos da ditadura e da década de 1970 (termo geral que engloba o estudo e a memória das lutas políticas revolucionárias que antecederam ao golpe de 1976). Outra, associada a anterior, se relaciona com as mudanças nas práticas dos organismos de direitos humanos, derivada fundamentalmente de seu posicionamento em relação ao governo e ao fato de que algumas de suas demandas históricas fossem constituídas em políticas de Estado. (2015, p. 21).¹⁰

Há outras duas questões que não podem ser negligenciadas e situam-se no cerne da experiência política latino-americana mais recente: a violência estrutural das relações sociais. Recentemente, Carlos Fico (2013, p. 239-261), em artigo que compara as ditaduras argentina e brasileira, destacou que ao historiador que atua com a história do tempo presente, temas delicados

¹⁰ Tradução livre do original: “En una mirada histórica sobre las luchas por la memoria de la dictadura militar, en particular las que se desarrollan en cada aniversario, la conmemoración del golpe en el año del Bicentenario plantea una serie de novedades que son, en alguna medida, la culminación de un proceso iniciado en el año 2003, con la llegada del kirchnerismo al poder: la más importante de ellas es, a juzgar por sus consecuencias, la reinstalación del Estado en el espacio público de la memoria en relación con los años de la dictadura y la década de 1970 (término general que engloba el estudio y la memoria de las luchas políticas revolucionarias que antecederon al golpe de 1976). Otra, asociada a la anterior, se relaciona con los cambios en las prácticas de los organismos de los derechos humanos, derivada fundamentalmente de su posicionamiento en relación con el gobierno y del hecho de que algunos de sus reclamos históricos se hubiesen constituido en políticas de Estado”. O aniversário ao qual os autores se referem é, obviamente, o dia 24 de março, data do golpe e da tomada de poder na Argentina no ano de 1976 por uma Junta Militar, composta pelos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Por sua vez, a referência ao “bicentenário” é o período 1810-2010, correspondente aos duzentos anos da Revolução de Maio que deu origem às Províncias Unidas do Rio da Prata, embrião da independência argentina.

ou decorosos não se reduzem simplesmente a um problema de método. E o exemplo tomado pelo autor é explicitado na formulação geral que traduzo: seria algo extravagante criticar a luta armada e as suas táticas num momento em que militantes (e não militantes) estavam sendo assassinados pela ditadura argentina. Talvez esse argumento possa ser equiparado à questão sobre o estudo do exílio: afinal, qual seria a razão de estudar e problematizar a trajetória de milhares de pessoas que conseguiram fugir e estavam “seguras” nos países estrangeiros justamente quando, no plano interno, milhares eram presos, torturados e desapareciam?¹¹ Em segundo lugar, não menos importante é a contribuição das hipóteses de Étienne Balibar sobre o tema da violência. No Prefácio concebido para o livro de Bertrand Ogilvie (2013, p. 7-24), Balibar assinala a existência de uma condição de violência em primeiro grau na socialização mesma de formas coercitivas presididas por um adestramento contínuo, uma pedagogia, uma dominação que faz destroçar os corpos, e que age como um abandono integrador do indivíduo à sociedade. Uma segunda potência, refere Balibar, é o processo político que priva tendencialmente a certos indivíduos, e, talvez, de maneira crescente, a uma grande massa, de todo recurso simbólico contra a potência primeira, funcionando como uma perda do que jamais pertenceu a esses sujeitos, e realizando o equivalente a uma servidão voluntária. Numa leitura aproximada a Balibar, creio que aos não exilados e exilados que sofreram o impacto de formas de violência em diferentes graus, pode ser conferida essa condição, ainda que relativa e igualmente em diferentes graus, de ausência de recursos simbólicos, por ser essa condição – a violência política e estrutural em segunda potência – que campeou, principalmente, nos processos políticos tanto precedentes quanto no correr das ditaduras.

Por se tratar a ditadura argentina de um processo claro e comprovado de genocídio (Feierstein, 2014), não é fortuito que partiu de historiadores do país uma dupla iniciativa quando a cultura política permitiu essa brecha: a elaboração de uma das primeiras coletâneas dedicadas ao exílio; e, em paralelo, discuti-lo ao tomar como ponto de referência a especificidade argentina. Nesse primeiro conjunto de reflexões, intuo a criação de demandas pela constituição de uma rede¹² de pesquisadores que passará a construir diálogos frequentes através do que arrisco designar de mutualidade de leituras: um espaço ou lugar intelectual/institucional de onde são compartilhadas as

¹¹ Rollemberg (1999, p. 32) formulou pioneiramente tal questão em outros termos ao enquadrar o “sentimento de culpa” vivenciado pelos exilados: “O exilado pode ser marcado pelo sentimento de culpa em relação aos que não sobreviveram. Muitas vezes define-se mesmo como sobrevivente, figura bastante ambígua; feliz porque não desapareceu numa situação ameaçadora, onde tantos sucumbiram, mas infeliz exatamente por isso, por essas ausências, pela culpa que carrega”.

¹² Emprego neste momento do artigo, por considerá-la operativa e ampla, a noção de “rede intelectual” sugerida por Carlos Altamirano em sua Introdução ao segundo volume de *Historia de los intelectuales en América Latina*. Segundo o autor: “A noção de rede intelectual indica uma forma de sociabilidade e uma cadeia de contactos e interação entre artistas, gente de letras, editores e outros tipos de agentes culturais, ligados por convicções ideológicas ou estéticas compartilhadas. A rede nos faz observar modos de comunicação e circulação de ideias entre indivíduos e grupos localizados em diferentes lugares”. (Altamirano, 2010, p. 18-19). Tradução livre do original.

experiências comuns de investigação sobre a matéria e as situações comparativas, mas também, a formação de grupos temáticos e a organização de Congressos de alcance regional e transnacional.

Concebida em 2007 pela Editora Libros del Zorzal de Buenos Aires, a coletânea *Exilios: Destinos y experiencias bajo la dictadura militar* foi organizada por dois estudiosos pioneiros da investigação sobre os exílios: Pablo Yankelevich e Silvina Jensen. A rigor, aqui se observa, ainda que de forma prévia, ser esboçada a constituição de um grupo diversificado, e tal como assinalou Antoine Prost, “compreendendo essencialmente professores e pesquisadores unidos por uma formação comum, [...] assim como pela consciência nítida da importância da história” (Prost, 2008, p. 33).

Quais os registros que sobressaem dessa experiência conjunta de “consciência histórica”? O ponto mais imediato é a busca pela legitimidade do tema exilar cujo sentido é justificado pela sua atualidade. Ora, é através desse aspecto central que enseja sua própria heurística, isto é, a “atualidade do exílio”, que Jensen e Yankelevich desenvolvem seus argumentos em favor da visibilidade e transversalidade sociais que marcaram o fenômeno no país platino. Por isso, uma das percepções que se destacava nesse momento aos olhos dos historiadores era sobre o campo das reivindicações legais pleiteadas pelos atingidos. Não à toa, reinstalou-se um debate parlamentar em torno do Projeto de Lei do deputado Marcelo López Arias que tramitou pela primeira vez no Congresso argentino em 1998 e almejava conceder reparação econômica para os exilados. Em meados da década passada, o governo de Nestor Kirchner, motivado por estabelecer uma política de direitos humanos efetiva e que incidisse fundamentalmente sobre o “não esquecimento” resgatou o Projeto de López Arias. Segundo Jensen e Yankelevich, a questão comportou três ordens de problemas: 1) ex-exilados e não exilados discutiram as implicações de cobrar uma reparação, tratando de elucidar se o Projeto de Arias pretendia reconhecimento, legitimação, ou era o preço a pagar pela impunidade e esquecimento; 2) até que ponto era lícito ao Estado outorgar uma reparação aos exilados como havia feito com ex-presos políticos e familiares de detidos-desaparecidos. Discutiui-se então se o exílio era consequência direta do terrorismo de Estado, tratando-se de determinar se o Estado era ou não obrigado a pagar reparação; 3) o eixo do debate foi deslocado do direito e da legitimidade de cobrar a reparação para a efetiva possibilidade de fazê-lo em um contexto de aguda crise econômica (Jensen e Yankelevich, 2007, p. 11).

A impressão é que os historiadores comprometidos com o tema reagiram, desde os seus lugares de reflexão e produção, no sentido de pressionar para que os problemas relacionados ao período da ditadura e que repercutiram diretamente na diáspora política, se transformassem em um debate amplo, público e academicamente controlado. Neste sentido, na mesma coletânea despontam os recortes possíveis de determinarem a “atualidade do exílio” reivindicada no programa dos

investigadores à época da publicação. Tais recortes são caracterizados por uma relativa polifonia de onde aparecem desde subtemas menos conhecidos aos mais evidentes: os registros concretos do exílio da esquerda argentina em Israel; a questão do refúgio de argentinos no Brasil sob proteção do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados); o papel relevante da social democracia sueca na acolhida aos exilados; a formação de redes de solidariedade internacional por ocasião das críticas à realização do Mundial de Futebol em 1978 na Argentina; processos de crises identitárias de exilados argentinos na Espanha, uma discussão sobre o reduzido exílio de operários e sindicalistas; e, por fim, uma primeira aproximação da historiografia sobre o quantitativo do exílio no México e na Catalunha. Um desses temas, ao menos, ganha relevância por sua relativa ausência dos debates. Muitos segmentos sociais atingidos pela violência política não possuíam um capital de relações sociais que fosse suficiente para escapar dos seus alcoses. Refiro-me, mais especialmente, aos setores operários que na ditadura argentina acabaram por representar, praticamente, 1/3 da demografia que sofreu graves violações de direitos humanos (prisões, assassinatos, desaparecimentos). Assim, Pisarello (2014, p. 295-296), ao comparar os perfis ocupacionais dos presos políticos na penitenciária de Coronda (Argentina) revelou que 30% deles pertenciam à classe operária, e que a “opção” de saída do país obedeceu a uma espécie de “estratégia de classe” pela qual esse segmento não conseguiu ser “beneficiado” com o exílio.

É de se indagar passados quatro anos da publicação da abordagem geral de temas do exílio argentino, em que medida esses modos de escrever repercutiram na segunda obra, organizada pela professora e historiadora da Universidade Federal Fluminense, Samantha Viz Quadrat. Ou ainda, que vestígios da primeira coletânea não somente (re)aparecem, mas, sobretudo, quais os desdobramentos na tropologia historiográfica do exílio latino-americano os “Caminhos Cruzados” irão permitir? Mais adequado seria esboçar respostas a essas questões iniciando pela detecção do provável: o quanto existe não só de manutenção, mas de ampliação da “rede”. O Quadro elaborado a seguir, mais do que ilustrar, propicia uma amostragem sobre quais autoras e autores estão presentes nas obras referenciadas e quais reincidem; atestando, igualmente, que a rede deve ser entendida em sua perspectiva de extensão, ramificação e transversalidade. Há, portanto, uma ampliação tanto da rede, quanto dos temas, saberes, interesses e problemas de pesquisa relacionados ao exílio.

QUADRO DE AUTORES EM REDE ¹³

Autor/a	Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar (2007)	Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX (2011)
Américo Freire	NP	P
Ana Maria Mauad	NP	P
Brenda Canelo	P	NP
Camila da Costa Oliveira	NP	P
Luis Roniger	P	P
Margarita Del Olmo	P	NP
María Antonia Sanchez	NP	P
Marina Franco	P	P
Mario Sznajder	P	P
Pablo Yankelevich	P	P
Paulo Knauss	NP	P
Samantha Viz Quadrat	P	P
Silvina Jensen	P	P
Solange Munhoz	NP	P
Victoria Basualdo	P	NP

Legenda: P=Presente NP= Não Presente.

Em “Caminhos Cruzados” há um nítido movimento na direção de instaurar o exílio como um conceito-problema e no âmbito de situações comparativas. Autores como Roniger reavaliam as possibilidades analíticas do exílio, ao notarem que até recentemente havia poucos estudos que abordavam o exílio em todo o continente ou de uma perspectiva comparada. Igualmente, eram escassas as proposições destinadas a explicar sua recorrente emergência na região de uma perspectiva de longo prazo (Roniger, 2011, p. 46). Outro aspecto que assume relevância é que a percepção sugerida pela historiografia deveria considerar os testemunhos pessoais e notas biográficas como pontos de partida empíricos para a identificação e proposição de perguntas mais abrangentes. A generalização do problema do exílio estaria, assim, em revelar seu caráter forçado e massivo para que os investigadores fossem levados a tomar consciência de sua profundidade histórica, da funcionalidade repressiva, e diversidade contextual em relação tanto aos países de origem quanto aos de residência e à esfera transnacional (Roniger, 2011, p. 33).

Tal sensibilidade surge provavelmente impulsionada pelo papel vital que recebeu o estudo da configuração de formas e estilos da política latino-americana (Roniger, 2010, p. 146). Este era o ponto de vista destacado por Roniger pouco antes de circunscrever de modo mais detido o fenômeno exilar em marcos teóricos que abrangessem metáforas explicativas amplas. Em outros termos, a ampliação foi possível porque o itinerário proposto pela historiografia – e, quiçá, pela

¹³ O presente “Quadro de Autores em Rede” foi elaborado pelo autor do artigo com base na comparação entre as duas coletâneas.

ciência política – teria percorrido uma anterioridade caracterizada pelo escrutínio sobre a natureza política e funcional das ditaduras às quais o exílio, ao lado de outras situações (notadamente, as notáveis lesões aos direitos humanos), constituiu-se como mais uma estratégia operativa sistemática dos regimes castrenses da região.

Assim, a demanda de Roniger parece encontrar ressonâncias ao longo dos trabalhos que participam dos “Caminhos Cruzados”. Esta nova “exiliografia” pretende alcançar uma capilaridade de experiências exilares pouco conhecidas – tal como o exílio paraguaio na Argentina antes e depois de 1976 – o impacto do exílio nas artes, a reafirmação sobre o contingente pouco expressivo de operários no exílio¹⁴ e, sobretudo, um tema dos mais densos: a problemática reflexão sobre o retorno de exilados. Particularmente, este mereceria uma discussão isolada, mas que, apenas parcialmente, arrisco-me a registrar no espaço deste artigo. Tomo como referência o campo da literatura, a partir de um exilado arquetípico: o escritor Mario Benedetti. O caminho de Benedetti desde sua saída do Uruguai está mediado pelo exílio em série, tema recorrente e clássico de suas narrativas e do diálogo controverso e melancólico que estabelece com seus personagens. A seu modo, e dentro de seu campo específico de saber e reflexão o autor mobilizou recursos para entender o retorno.

Em 1983, Benedetti questionava-se, e a seus compatriotas, quais as implicações morais, éticas e políticas do reencontro entre exilados que retornavam ao Uruguai e aqueles que sofreram na carne as desventuras de permanecer no país, no mais das vezes, encarcerados, sob o espectro da violência onipresente, e com a tortura à espreita sempre a atormentá-los. O (des)exílio, para Benedetti, era um problema quase tão árduo como em seu momento foi o exílio, porque competia a cada exilado a decisão de regressar à terra ou permanecer no país de refúgio, como se este fosse um lugar de distorção; o nosso lugar visto de um espelho danificado.¹⁵ Compreensão era a palavra-chave, na medida em que o intelectual uruguaio entendia que os “de fora” deviam compreender que os “de dentro” poucas vezes puderam levantar sua voz diante das opressões. E para aqueles que sofreram as perseguições desde dentro do país: “[...] deverão entender que os exilados muitas vezes

¹⁴ O capítulo “Estudar o exílio” de autoria de Pablo Yankelevich (2011, p. 11-30), e que abre os “Caminhos Cruzados” enfatiza a necessidade de possuir capitais sociais com a possibilidade de custear a viagem, ou, “em todo o caso possuir os contatos pessoais, políticos ou profissionais para preparar a saída. Majoritariamente esta foi uma opção reservada aos setores médios. [...] Em todo caso, a presença de setores populares no fluxo exiliar aparece diretamente associada a opções de saída sob condições de asilo diplomático ou a estratégias de algumas organizações políticas que facilitaram a saída de quadros dirigentes proporcionando documentação falsa e apoio econômico”.

¹⁵ É esta, justamente, uma das representações literárias mais pungentes sobre o exílio escrita pelo grande autor uruguaio. Ver: Benedetti (2009).

viram-se impulsionados a usar outro tom, outra terminologia, como um meio para que a denúncia fosse escutada e admitida. Todos estivemos amputados: eles, da liberdade, nós, do contexto”.¹⁶

Contrerrâneo de Mario Benedetti e exilado por quatorze longos anos do Uruguai, o psicanalista Marcelo Viñar vê no exílio não somente uma tensão na qual interatuam realidade política e espaço psíquico, mas a mudança violenta e repentina do lugar de origem que age sobre a nossa identidade:

No exílio, ninguém o conhece, ninguém o reconhece... aquele que éramos não existe mais. O personagem está morto, o cenário é outro, e outros são os atores. E ali estamos, sem roupas, sem olhares, sem palavras. Comoção e crise radical da identidade. O homem está nu. Esta crise coloca à prova o personagem anterior, suas distorções, sua mediocridade. As antigas identificações construídas sobre falhas, dissociações, mentiras, ficam a descoberto. Somos levados a recuperar cegamente o amor e o reconhecimento perdidos (1993, p. 58).¹⁷

Assim, os historiadores tiveram de enfrentar o estudo sobre o retorno buscando a origem de uma história que combina opressão e resiliência, mas que não é encerrada pela simples constatação de que as ditaduras entravam em colapso. A questão vai além porque incorpora esse refazer de identidades desde o drama psíquico de sentir-se desenraizado, ou de reinventar modos de inserção pública e pessoal num ambiente que está aparentemente mudado: “Se o exílio é uma viagem de partida não desejada, é também uma viagem ancorada sobre a ideia de retorno: retorno desejado, temido, projetado, idealizado, demonizado, postergado ou realizado” (Jensen, 2011, p. 249).¹⁸

É possível sugerir que o conjunto das experiências intelectuais descritas até aqui inspirou Mario Sznajder e Luis Roniger a desenvolverem paulatinamente e publicarem em idioma espanhol no ano de 2013 o que já haviam concebido em língua inglesa no ano de 2009: um ousado estudo dos exílios latino-americanos na perspectiva da longa duração. Trata-se de “*La política del destierro y el exilio en América Latina*” e consiste em uma análise pormenorizada do uso recorrente no vocabulário político e das transformações do exílio desde a época colonial até o presente. Uma das contribuições dessa leitura é que Sznajder e Roniger observam a escrita exilar como experiência formativa, não somente atribuída aos “notáveis em exílio”, mas pelos relatos de pessoas menos

¹⁶ Tradução livre do original: “[...]deberán entender que los exiliados muchas veces se han visto impulsados a usar otro tono, otra terminología, como un medio de que la denuncia fuera escuchada y admitida. Todos estuvimos amputados: ellos, de la libertad, nosotros, del contexto”. O artigo de Mario Benedetti foi publicado no jornal espanhol *El País* em 18 de dezembro de 1983, e reproduzido em vários órgãos da imprensa latino-americana. Disponível em: http://elpais.com/diario/1983/04/18/opinion/419464807_850215.html Acesso em 29.09.2016.

¹⁷ Tradução livre do original: “En el exilio, nadie le conoce, nadie le reconoce...aquel que éramos no existe más. El personaje está muerto, el escenario es otro, y otros son los actores. Y se está allí, sin ropajes, sin miradas, sin palabras. Conmoción y crisis radical de la identidad. El hombre está desnudo. Esta crisis pone a prueba al personaje anterior, sus distorsiones, su mediocridad. Las antiguas identificaciones construidas sobre fallas, disociaciones, mentiras, quedan al descubierto. Somos empujados a recuperar ciegamente el amor y el reconocimiento perdidos”.

¹⁸ Uma história comparada dos retornados do exílio na Argentina e no Uruguai pós-ditaduras foi recentemente desenvolvida por Lastra (2016).

conhecidas nos quais se identificam como foram os modos de vida de comunidades de exilados. Em resenha que produziu recentemente para a revista *Historia, Voces y Memorias*, Silvina Jensen (2015, p. 13-20) destacou que os autores nos colocam diante de interrogações e desafios acadêmicos e políticos futuros. Um deles, e talvez fundamental, é a não tradução das experiências de exílio, salvo poucas exceções, em políticas públicas de reconhecimento, reparação e restituição de direitos. A reivindicação por justiça e memória, por conseguinte, integra-se plenamente à proposta dos autores em definirem a história dos exílios na região como uma história persistente de exclusão institucional, e da repetição de padrões que interditam formas expansivas de participação política.

A partir desse argumento, é possível traçar cinco painéis articulados de investigação que despontam ou se reafirmam como sugestão de pauta mínima para os historiadores da história recente, ou do “passado que não passa”: 1) relevância do exílio político desde uma perspectiva comparada; 2) o lugar do exílio político nas culturas políticas da região; 3) as diferenças de percepção sobre o exílio forçado e o exílio voluntário, com as distintas conceituações para ambos os casos assim como suas complementaridades; 4) quais os fatores que operam na seleção de países anfitriões durante distintos períodos; 5) questionamento ao truísmo de que somente governos flagrantemente autoritários ou ditaduras militares produzem exilados.

Vemos, assim, o exílio como exclusão ampliada no tempo e no espaço. No entanto, os acautelamentos metodológicos nos alertam para as desigualdades a serem consideradas quando nosso ponto de sustentação é o problema do exílio sob as ditaduras militares do tempo presente. Nenhum outro fenômeno político em nossa história provocou um movimento diaspórico tão intenso e frequente, ao ponto de não termos certeza sobre o quantitativo de pessoas deslocadas do seu contexto. Desse modo, como assinalam Sznajder e Roniger, se o exílio em sistemas políticos de participação restringida era um “privilegio” reservado principalmente para segmentos da elite que sofria ostracismo nas mãos dos detentores do poder; no século XX, ou durante a vigência mais ostensiva das ditaduras regionais, a possibilidade de estabelecimento de bases mínimas para a democracia e as crescentes demandas de direitos sociais e políticos alimentaram um paradoxo:

Em meios mais estáveis, quiçá todas estas exigências pudessem ser canalizadas para um fortalecimento democrático. Não obstante, no contexto latino-americano, isso foi interpretado, em um meio de processos revolucionários, retórica grandiloquente e mobilização popular, como ameaças desestabilizadoras da ordem estabelecida e dos sólidos grupos de interesses. A falta de institucionalização democrática tanto de estados como de partidos políticos contribuiu para a polarização política, criando um círculo vicioso no qual o temor da revolução produziu repressão que, por sua vez, tornou-se um fator convincente que lançou a grupos radicalizados na ação armada (Sznajder e Roniger, 2013, p. 175).

(In)Conclusões

Exílio e ditadura aparecem nesta reflexão como duas evoluções não contraditórias ocorrendo simultaneamente na história de nossos países: esta é a mais óbvia constatação, mas que, no entanto, permaneceu por quase duas décadas em estado de latência. A apresentação de chaves investigativas propostas nos trabalhos que elenquei, teve como um dos seus intuitos demonstrar o difícil itinerário quanto a abrir amplas frentes de pesquisa, mas, igualmente, remeteu ao fato de que as nossas interpretações sobre o exílio serão sempre uma obra inacabada, incompleta e ligada à impossibilidade, como em qualquer outro campo de saber, de nos tornarmos escuta de todas as vozes mergulhadas nessa experiência. Neste sentido, os historiadores precisam de processos de metaforização que instaurem novas genealogias compreensivas sobre a condição do desterrado político, assim como, sobre a condição de nosso lugar em termos de legitimidade heurística. Em síntese, necessitamos de uma condição simbólica e intelectual sustentada e socialmente situada, que aponte para o nosso próprio (des)exílio narrativo, entendido aqui como o ato de reescritura de uma história dos exílios que indague, por um lado, sobre a fragilidade da nossa modernidade política; e, por outro, que institua uma linguagem impulsionada pela produção de um saber autônomo.

Como apontou Ricouer (2005, p. 32), é imperativo “inventarmos uma nova ordem lógica que tenha potencialidades suficientes para redescrever a realidade a partir de nossas experiências mesmas”. É nesta primeira perspectiva que circunscrevo o tal processo de metaforização.

A segunda perspectiva, complementar à primeira, é que o movimento exitoso das exiliografias nas três obras pode ser visto, e esta talvez seria a sua contribuição ainda pouco percebida, como um ponto de partida que incorpora nossos próprios padrões epistemológicos de controle sobre os objetos, distanciando-nos como mediadores críticos e conscientes enquanto sujeitos de apropriação – por isso, negando enfaticamente modelos preconceituosos ou de absoluta rejeição – dos centros hegemônicos de produção das ciências sociais. Com tal afirmação, pretendo apenas intuir uma outra discussão, e dela, extrair esta (in)conclusão: o avanço da historiografia dos exílios latino-americanos marca, ainda que de forma quase invisível e impertinente, um processo de descentralização do conhecimento. Portanto, de uma lição apreendida em Ogilvie (2013, p. 43), concebo o estudo dos exílios inserido no quadro geral da história das violências de nossa região, e no qual, “profundos deslocamentos ocorreram em razão de uma leve modificação na acomodação do olhar”. Um mesmo macro objeto – a violência – pode passar da quase inexistência a uma tematização proliferante.

Referências

AGUIRRE, Estela.; CHAMORRO, Sonia. *Memoria Gráfica del Exilio Chileno 1973-1989*. Santiago: Ocho Libros Editores, 2008.

ALTAMIRANO, Carlos.; MYERS, Jorge. (orgs.). *Historia de los intelectuales en América Latina, I*. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.

_____. (orgs.). *Historia de los intelectuales en América Latina, II*. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.

ANSART, Pierre. 1977. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

AUERBACH, Erich. *Mimesis*. La representación de la realidad en la literatura occidental. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BALIBAR, Etienne. “Carta a Bertrand Ogilvie” (2013). In: OGILVIE, Bertrand. *El hombre desechable*. Ensayo sobre las formas del exterminismo y la violencia extrema. Buenos Aires: Nueva Visión, 2013, p. 7-24.

BENEDETTI, Mario. “El desexilio”. *El País*, 18 de dezembro de 1983. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1983/04/18/opinion/419464807_850215.html> Acesso em: 29 set. 2016.

_____. *Primavera num espelho partido*. São Paulo: Alfaguara Brasil, 2009.

BOCCHINO, Adriana. “Desde el exilio hacia una configuración de identidad”. In: SANTINI, Juliana; ROCHA, Rejane. C. (orgs.). *Literatura: Identidades* (Ensaio). Série de Estudos Literários n. 15. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2014, p. 15-32.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino. (orgs.). *Memórias do exílio, Brasil 1964/19??*. São Paulo: Editoria e Livraria Livramento Ltda., 1978.

CHOTIL, Mazé Torquato. *Trabalhadores exilados: a saga dos brasileiros forçados a partir* (1964-1985). Curitiba: Editora Prismas, 2016.

FANEGO, Delia A. *Quebrantos: Historias del Exilio Argentino en Italia*. Buenos Aires: Ediciones Fabro, 2010.

FEIERSTEIN, Daniel. *El genocídio como prática social: entre el nazismo y la experiência argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

FICO, Carlos. “Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador”. *Topoi*, v. 14, n. 27, p. 239-261, 2013.

FRANCO, Marina. *El exilio: argentinos en Francia durante la dictadura*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

HEINE, Harmut. Organizaciones políticas y sindicales ante el exilio. In: CUESTA, Josefina; BERMEJO, Benito. (comps.). *Emigración y exilio*. Españoles en Francia, 1936-1946. Madrid:

Eudema, p. 91-115.

JENSEN, Silvina. *La huida del terror no fue olvido: el exilio político en Cataluña (1976-1983)*. Barcelona: Bosch/COSOFAM, 1998.

_____. “Sobre la política del destierro y el exilio en América Latina de Mario Sznajder y Luis Roniger: Hacia un enfoque político, macro-histórico y teórico-analítico del problema”. *Historia, Voces y Memoria*, 8, p. 13-20, 2015.

JENSEN, Silvina; LASTRA, María S. (eds.). *Exilios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata, EDULP, 2014.

LASTRA, María S. *Volver del exilio: historia comparada de las políticas de recepción en las posdictaduras de la Argentina y Uruguay (1973-1989)*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2016.

_____. (comp.). *Exilios: un campo de estudios en expansión*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

LESGART, Cecilia. Itinerarios hacia la democracia. Una tendencia de la izquierda intelectual argentina en el exilio mexicano. In: DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. (eds.). *La historiografía académica y la historiografía militante en Argentina y Uruguay*. Buenos Aires: Biblos, p. 171-189.

LORENZ, Federico. et al. *No hay mañana sin ayer: batallas por la memoria histórica en el Cono Sur*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015.

OGILVIE, Bertrand. *El hombre desechable*. Ensayo sobre las formas del exterminismo y de la violencia extrema. Buenos Aires: Nueva Visión, 2013.

PISARELLO, Virginia. Los presos políticos de la última dictadura y la opción por el exilio. El caso de la cárcel de Coronda. In: JENSEN, Silvina; LASTRA, María S. (eds.). *Exilios: militancia y represión: nuevas fuentes y nuevos abordajes de los destierros de la Argentina de los años setenta*. La Plata, EDULP, 2014, p. 283-307.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUADRAT, Samantha. V. (org.). *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

REBOLLEDO, Loreto. *Memorias del desarraigo*. Testimonios de exilio y retorno de hombres y mujeres de Chile. Santiago de Chile: Catalonia, 2006.

RICOUER, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. Debate no exílio: em busca de renovação. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs.). *História do marxismo no Brasil – Volume 6. Partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 291-339.

RONIGER, Luis. “Exilio político y democracia”. *América Latina Hoy*, vol. 55, 2010, p. 143-172.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *El mundo, el texto y el crítico*. Barcelona: Random House Mondadori, 2004.

_____. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARZSTEIN, Dora. Migración, refugio y exilio: categorías, prácticas y representaciones. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, año 16, n. 48, p. 249-268, 2001.

SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2013.

TRAVERSO, Enzo. *La história como campo de batalla: interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

VIÑAR, Marcelo. *Fracturas de memoria*. Crónicas para una memoria por venir. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993.

YANKELEVICH, Pablo.; JENSEN, Silvina. (comps.). *Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

YANKELEVICH, Pablo. “Memoria y Exilio. Sudamericanos en México”. In: GROPPPO, Bruno; FLIER, Patricia. (eds.). *La imposibilidad del olvido*. Recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay. La Plata: Ediciones al Margen, 2001.

_____. *México, país refugio*. Ciudad de México: Plaza y Valdés, 2002.